

MIGRAÇÕES: SOFRIMENTO OU UM APORTE PARA O SUCESSO? UM ESTUDO DE CASO: SALVADOR, BAHIA E EL ALTO, BOLÍVIA

Profª Drª Leila Bijos¹

Resumo

Desequilíbrios regionais provocados pelas migrações internas, enfoque nas idas e vindas dos migrantes em ocupações rurais ou urbanas, especialmente no setor informal da economia.

Panorama histórico dos movimentos migratórios no Brasil, com ênfase na cidade de Salvador, Bahia e na cidade dos migrantes El Alto na Bolívia.

Palavras-chave: Migrações; Emprego e Renda; Gênero; Exclusão Social;

Introdução

A migração interna no Brasil está relacionada aos desequilíbrios regionais, que como processo social, aliado a causas históricas tem provocado o êxodo das populações das áreas rurais para as zonas urbanas. Estudos empíricos têm demonstrado que a migração interna² no país ocorre em estágios, não só em termos de ambiente rural – pequena cidade, média cidade, metrópole – mas, também em termos de idas e vindas de migrantes em ocupações rurais ou urbanas (Castro et al.: 1978: 3).

No que se refere à análise específica de emprego e renda, o impacto da migração na estrutura do mercado de trabalho e na distribuição de renda nas regiões metropolitanas, deve ser prescindida das diferenças entre as características da população migrante e não-migrante, focalizando essas diferenças em relação à economia diferenciada de cada uma das áreas em particular. A migração altera a composição da força de trabalho, aumentando proporcionalmente o número de trabalhadores sem qualificação especializada, cujos padrões de consumo são mínimos, com reduzida expectativa de vida, para quem os aumentos e melhorias nos níveis salariais são

* Doutora em Sociologia pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), Universidade de Brasília – UnB, Bolsista da CAPES/Fulbright, Doutorado Sanduíche na Universidade da Califórnia, San Diego, EUA. Professora do Curso de Relações Internacionais do UniCEUB e da Universidade Católica de Brasília.

² Castro apresenta os diversos conceitos de *migrante* como: habitante não nativo (por ex., que não nasceu lá) na municipalidade, na qual ele está residindo por menos de dez anos; *não-migrante*: habitantes nascidos na municipalidade, na qual eles estão residindo, e aqueles que não estavam no município, mas que residiram na municipalidade por mais de dez anos (isto é, um velho “migrante”); *velho ou antigo “migrante”*: habitantes não nativos, que se encontram residindo na municipalidade por mais de dez anos; *nativo*: habitantes nascidos na municipalidade na qual eles estão residindo, *não-nativo*: habitantes que não nasceram na municipalidade na qual eles estão residindo, ver: Castro et al., **Migration in Brazil: Approaches to Analysis and Policy Design**, 1978, p. 2.

inexistentes. Como resultado, não só os migrantes, mas a força de trabalho como um todo, sofrerá as conseqüências dos fluxos migratórios, que apresentam uma nova e inesperada demanda por trabalho, com uma mão-de-obra que aceita receber qualquer percentual como pagamento, em troca da possibilidade de sobrevivência.

Outras variáveis são usadas para resolver certos problemas que surgem com a divisão do mercado de trabalho por setor e pela renda auferida pelo grupo. Neste sentido, deve-se inferir nas diferenças salariais observadas entre homens e mulheres, distinguindo a força de trabalho por sexo, inserindo-se a idade, a escolaridade e as taxas de atividade, através da qualificação individual e se ela afeta na distribuição renda (Castro et al.: 1978: 3).

Os estudos qualitativos sobre emprego, renda e integração do migrante no ambiente urbano, oferece um teste para as premissas dos modelos relacionados com a decisão de migrar. Por quê os pobres nordestinos migram para os centros urbanos? Todaro (cit. por Castro et al.: 1978: 3) aplica o conceito de “setor urbano tradicional” para definir a força de trabalho do migrante que apresenta qualificações inferiores, como característica do mercado de trabalho.³ A teoria é válida a partir do ponto de vista em que contradiz a teoria do “homem marginal”, que interpreta o subemprego como um “setor separado da economia”.

A premissa do autor mostra que a decisão de migrar está fortemente relacionada com a possibilidade de obter emprego no meio urbano e, também nas diferenças verificadas entre a renda rural e a urbana, implicando em aspectos subjetivos, como o destino do migrante, muito mais do que o processo de migração em si mesmo.

As referências históricas nos mostram a evolução dos movimentos migratórios no território brasileiro, a partir da década de 1930, quando o Governo de São Paulo decidiu subsidiar o fluxo de trabalhadores estrangeiros, objetivando suprir uma carência na agricultura, com enfoque nas plantações de café. Devido à Grande Depressão no final dos anos ‘20s, este processo foi interrompido, devido à carência de recursos financeiros para subsidiar a demanda por imigrantes italianos e japoneses, preferindo alocá-los internamente.

³ Todaro, Michael, *A Model of Migration and Urban Employment in Less Developed Countries*, in: **American Economic Review**, Vol. 1, Nº 59, p. 138-145.

Com a formação de um novo mercado interno voltado para a industrialização, que dominou o eixo Rio-São Paulo e englobou toda a região Centro-Oeste, numa fase de “substituição de importações”, os movimentos interregionais se intensificaram, num processo de nova divisão social de trabalho. Os períodos mais intensos, sublinhados por Castro (1990: 6), mostram as décadas de 1950/1970, quando o Nordeste brasileiro sofreu uma de suas piores secas⁴, com fluxos da ordem de 5.51% em 1950, 4.49% em 1960 e início de 1970. Ressalte-se os esforços do Governo, em 1958, em influenciar o movimento de capital, através da criação de incentivos fiscais para a abertura de novas fábricas e indústrias no Nordeste do país, objetivando reduzir as disparidades regionais e fixar o homem na sua região de origem.

O Estado do Rio de Janeiro, antiga Guanabara, com seu polo industrial, recebia, também, um grande fluxo de migrantes, com uma cifra de 11.9%, que foi reduzida devido a dois fatores primordiais. Em primeiro lugar, o preço da terra, que dificultava a expansão do setor secundário na região e; em consequência da transferência da capital para o Centro-Oeste do país, em 1960, atraindo milhares de migrantes, principalmente para trabalharem nas obras da construção de Brasília. A população brasileira cresceu como um todo, 23.5 milhões entre 1960 e 1970, deste crescimento, 89% tomou a forma de crescimento do contingente urbano (Castro:1990: 10 e 18).

Na Bahia, como Salvador é, praticamente, a primeira grande metrópole num processo de migração interna, os pobres que chegam à zona urbana sofrem da dicotomia do puxa e empurra, que são fatores condicionantes do processo migratório. O migrante, pelos fatores de pressão, demonstra um baixo nível de qualificação, não possui os valores econômicos para competir em um novo mercado de trabalho, o que revela ser na verdade, um fator de condição determinante no processo de estratificação social. Estes fatores estão associados, não só a uma insuficiência de renda, mas de hábitos alimentares inadequados, devido aos fatores culturais, falta de produtos ou serviços que deveriam ser oferecidos a nível macro, tais como água e sistemas de saneamento básico. A qualidade de vida para as subpopulações pobres, deveria estar relacionada com os indicadores de

⁴ Durante o século XX, os historiadores ressaltam os efeitos dos desastres naturais no Nordeste do Brasil, com severas secas em 1903, 1907, 1915, 1919, 1932, 1942, 1951, 1953, 1958, afetando todo o polígono. Ver: Camargo, José Francisco, *Mudanças Populacionais e Educação no Brasil*, USP, São Paulo: 1970; Graham, Douglas and Buarque de Holanda Filho, Sérgio, **Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: 1872-1970**, IPE, São Paulo: 1971; Fischlowitz, Estanislav, “*The Driving Forces in Internal Migrations in Brazil*”, in: Migration News, IOMC, 6, Nov/Dec. 1965; Correia de Andrade, Manuel, **Paisagens e Problemas do Brasil**, Ed. Brasiliense, São Paulo: 1968.

saneamento básico, que incluem não só itens como água potável, mas esgoto e coleta de lixo, o que acarreta problemas correlatos sociais, econômicos e de natureza institucional nas grandes metrópoles.⁵

Se os dissabores encontrados na migração são grandes e exigem uma hercúlea força de vontade para superá-los, incluindo-se o subemprego, o desemprego e o trabalho informal, com o passar do tempo, os pobres migrantes verificarão um efeito positivo e significativo em suas vidas e nos seus ganhos, tanto para os homens como para as mulheres. Quando um casal decide partir das isoladas e áridas zonas do Nordeste para ir aos centros urbanos, diversas variáveis são examinadas. Em primeiro lugar, o sistema de transporte que une o seu núcleo habitacional e que lhes permitirá vencer distâncias curtas ou médias. Esta mobilidade dependerá da rede de transportes, que deverá estar reforçada pela estrutura de uma rede de cidades em cada região, que estende as alternativas de transferências geográficas. O sistema de transporte, embora não sendo predominante no fator migratório estimula as transferências. Em segundo lugar, destaca-se a situação econômica da região, que influencia no momento da seleção do destino final. Os habitantes do Norte do Brasil têm dificuldade de transferência de localidade, devido à falta de transporte, já que se trata de uma região traçada por rios e igarapés, que tem como impedimento maior a selva Amazônica. Uma das hipóteses do fator migratório provém de laços afetivos, que contribuem para a formação de uma corrente cumulativa, por exemplo, familiares ou pessoas com laços de amizade, ou uma combinação entre antigos e potenciais migrantes (Castro: 1990: 32). Estes antigos ou bem sucedidos migrantes, funcionam como uma corrente que atrai novos contingentes, com relatos orais de suas experiências exitosas nas grandes metrópoles.

Na maioria das vezes, o casal nordestino permanece no lugar de destino final escolhido, por um período que varia entre cinco ou sete anos, na tentativa de consolidar um perfil econômico. As transferências de localidade para os grandes centros ocorre em indivíduos com idade entre 35 a 39 anos para cada grupo, mas acentuando-se

⁵ “Of the 20 million persons who have migrated to urban areas, 15 million of them are of urban origin and the remaining 5 million are of rural origin; this makes migration from urban origin to urban destination the most significant within the context of over-all Brazilian internal migration. Of the total number, almost 11 million went to Brazilian metropolitan regions, more than half between 1960 and 1970, which automatically transforms the problem of migration into one where the destination is largely metropolitan, not only in terms of volume, but mainly because of the correlated problems of a social, economic and institutional nature which it brings in its wake”; ver: Faissol, Speridião, **Migrações Internas no Brasil e suas Repercussões no Crescimento Urbano e Desenvolvimento Econômico**, IBGE, Rio: 1973, in: Castro et al.: 1990, p. 27.

progressivamente a partir dos 39 anos em diante. A idade modal dos migrantes, com destino às grandes metrópoles, mostra uma média de 20 a 24 anos, com exceção da cidade de Belém, que apresentou idades de 15 a 19 anos em média. Os migrantes que se destinam às grandes metrópoles possuem um perfil mais jovem do que aqueles que se dirigem às zonas urbanas do Sul e do Sudeste, com São Paulo mostrando uma média de migrantes mais velhos (Castro: 1990: 36).

As se examinar as variantes de idade e sexo dos migrantes, verifica-se que a idade modal apresenta-se, tanto para homens, como para mulheres, na faixa dos 20 aos 24 anos. O que representa que o casal, na maioria das vezes, possui filhos menores que os acompanharão e que serão inseridos num ambiente urbano. Além da esperança de melhores oportunidades de renda para o casal, o capital social terá grande relevância neste contexto, agregando valores à família como um todo.

A partir do momento que os migrantes se assentem nas cidades, presume-se que seus filhos usufruirão dos benefícios de um sistema educacional formal. O sistema permanente de ensino os brindará com aulas regulares, que afetará o bom desenvolvimento das crianças e sua inserção no ambiente urbano. Subseqüentemente, suas diferenças educacionais e as de seus pais, tenderão a decrescer no decorrer das gerações. No final, o ganho será substancial. Numa pesquisa realizada por Bourguignon e colegas (2003), concluiu-se que, para aquelas pessoas nascidas nos primórdios dos anos de 1940, um ano de diferença entre os seus níveis de escolaridade e o de seus pais, resultou numa diferença de aproximadamente 0.75 anos em sua própria escolaridade. Para aqueles que nasceram no final dos anos de 1960, a mesma diferença inicial na educação parental resultou em aproximadamente a metade de um ano escolar. Atribuindo-se este declínio inteiramente à elevação geral do patamar educacional, ao longo do tempo, isto se mostrará incorreto, porque o papel da intercepção afetará a equação. Se no presente, a maioria das crianças se encontra freqüentando a escola por mais de 5 anos, enquanto o maior percentual de crianças só ia à escola por um período de 3 anos, isto 20 anos atrás, parece natural que a influência da escolaridade dos pais declinou com o decorrer do tempo. No entanto, esta premissa não é necessariamente verdadeira. Tendo-se em mente estes dois anos de acréscimo na escolaridade, significa

um patamar de sucesso que deve ser muito bem valorizado pela população como um todo, independente do histórico familiar.

No Brasil, os níveis de alfabetização dos migrantes é muito baixo, demonstrando que a maioria não completou o ciclo de educação primária. Por outro lado, a população de etnia negra demonstra ter recebido uma educação menos privilegiada na década de 60, do que a população branca, que frequentou as mesmas escolas públicas, que ofereciam um ensino formal de baixa qualidade. Da mesma forma, as desvantagens de nascer no Nordeste brasileiro, para os homens, permaneceu no mesmo patamar, sem mudanças substantivas, tanto nos anos de 1940, como nos idos de 1950. Nascer de pais com um baixo nível de escolaridade parece ter decrescido regularmente no decorrer dos tempos, especialmente quando as crianças vêm de uma família analfabeta. Os níveis educacionais inferirão substancialmente na inserção dos migrantes no mercado de trabalho formal ou informal, e também na sua fixação nas regiões metropolitanas. A situação de desvantagem dos migrantes nas regiões metropolitanas do Norte e do Nordeste do Brasil, está confirmada por taxas muito altas de analfabetismo, que se mostra como um dos fatores mais negativos. Neste sentido, os anos de residência nas metrópoles não influirão, nem decididamente mudarão o seu perfil relativo ou sua posição no meio social, a não ser que sejam inseridos em programas de treinamento gerencial ou administrativo.

Outros fatores relacionados à migração, referem-se à fertilidade⁶ e a estrutura da população feminina, o impacto do nível de agregação geográfica nas taxas de fertilidade e na composição dos domicílios. Como nossa análise teve por objeto o desenvolvimento econômico da mulher no setor informal informal, os fatores sócio-econômicos influirão na sua busca pelos programas de microcrédito para a implementação de seus micronegócios. As mulheres entrevistadas mostraram-se muito ativas quando chegaram à zona urbana, oferecendo seus serviços nos domicílios, como domésticas, faxineiras ou babás.⁷

A proporção de mulheres na força de trabalho tem sido crescente, mas as mulheres entram no mercado de trabalho “*at the bottom*”, para desempenharem

⁶ Ver: Berquó, Elza, *A Fecundidade no Brasil em 1970*, in: Castro, 1990, p. 52.

⁷ Ver: Bijos, Leila. *Mulher e Desenvolvimento: O Programa de Microcrédito para as Mulheres no Setor Informal da Economia: 1980- 2002. Um Estudo de Caso: Brasil - Bolívia* (tese de doutorado), Sociologia, Universidade de Brasília: 2005.

atividades onde a remuneração e a produtividade são mais baixas, ou porque lhes são oferecidas ocupações desdenhadas pelos homens, para quem as oportunidades de trabalho são mais amplas. Podemos concluir que as condições de trabalho para os migrantes, principalmente mulheres, são inferiores do que as dos não-migrantes. São várias as ocupações exercidas por elas nos subsetores da economia, como no setor manufatureiro, no comércio, nos serviços, ressaltando-se o comércio, como uma área que absorve o maior percentual de mulheres analfabetas ou semi-analfabetas.

Uma questão de gênero no Brasil e na Bolívia

A transformação sócio-econômica das mulheres sempre esteve relacionada com a sua exclusão educacional, ausência de visibilidade no mercado de trabalho e impedimentos explícitos para sua inserção na política

Em Salvador, as mulheres são migrantes, nordestinas, negras ou mulatas, enquanto em La Paz elas são migrantes indígenas e mestiças, apresentando uma heterogeneidade étnica e cultural. Existem aspectos comuns e divergentes, mesclados a uma compatibilidade e incompatibilidade entre estas mulheres migrantes, principalmente quando são membros do setor informal urbano da economia. Dentre os aspectos de compatibilidade e incompatibilidade dos direitos cidadãos com os direitos étnicos, temos a finalidade de delinear as bases e os elementos necessários para analisarmos a pertinência das políticas setoriais e específicas, e se estas políticas incorporam a perspectiva de gênero nas diversas políticas públicas ou em políticas mais neutras e globais.

“Na história objetivada da América Latina, as culturas indígenas, a cultura ibero-mediterrânea dos primeiros colonizadores, as culturas africanas e as culturas européias e asiáticas dos imigrantes mais recentes, marcaram, na acepção de Machado (1991: 127), e se inscreveram diferentemente no decurso da trajetória das relações das atividades agrícolas no período colonial escravista até as relações sociais capitalistas com a presença das atividades industriais, em situação de internacionalização crescente no mercado interno.”

O que verificamos ao chegarmos em La Paz, “a capital mais alta do mundo”, foi um ambiente econômico onde impera o setor informal, com 80% dos negócios, ressaltando uma feminização da pobreza, cuja característica principal está centrada nas mulheres indígenas,

migrantes, comparadas com as mulheres migrantes nordestinas, num ambiente permeado por jovens, crianças e agregados adultos e idosos, apresentando um entrecruzamento de modelos culturais de alteridade, confrontando-se com o modelo ocidental. A jornada de trabalho é cada vez maior, e percebe-se uma exploração crescente de outros membros da família, inserindo-os na modernidade imposta pelos centros hegemônicos norte-americanos e europeu através do movimento internacional de difusão de “bens simbólicos” (Machado, 1991: 128).

Os negócios informais mostram uma cultura indígena comunitária, onde os núcleos familiares são fundamentais para o sucesso dos micronegócios, tendo os homens como intermediários no ir e vir do interior para manterem abastecidos os postos de trabalho informais nos mercados livres, feiras ou ruas da cidade.

Do ponto de vista histórico, houve uma intensa migração para as áreas urbanas, em decorrência do fechamento das minas de prata, desequilibrando os tradicionais “ayllús”, culturalmente ameaçados por profundos desequilíbrios demográficos, devido às políticas cunhadas de “desenvolvimentistas” impostas pelo Estado ou pelas Organizações Não-Governamentais. La Paz transformou-se numa só urbe com a agregação de El Alto, há pouco mais de uma década, quando os bairros altos da cidade adquiriram um status administrativo independente, ao converterem-se na capital da quarta seção da província Murillo (Rivera, 1996: 163). Esta “classe mercantil” só foi possível a partir de continuidades decorrentes de uma “classe emergente”, composta por camponeses proprietários de terras, que foram beneficiados com as possibilidades surgidas após a reforma agrária (Buechler & Buechler: 1996).

Ser mulher na Bolívia significa transitar pelos escalões da migração e da mestiçagem cultural, até ser designada de “chola” ou “birlocha”, onde existem hoje renovadas exclusões e acessos condicionantes aos direitos do cidadão e aos programas de desenvolvimento com recursos internacionais obtidos, alicerçados em uma população cada vez mais necessitada. De acordo com Rivera (1996: 21)

“o Estado e o sistema político perpetuam a exclusão das maiorias ao não poder romper o cerco da pobreza e ao tentar neutralizar a multidão, ritualizando a democracia ao momento único do voto e atando lealdades políticas ao frondoso

aparato clientelar cuja fisionomia reproduz ao conjunto da sociedade: índios/as, cholos/as, mestiços pobres, etc., formando as “bases” de múltiplos triângulos “sem base” que desarticulam as solidariedades horizontais e privilegiam as dependências verticais, enquanto que a “casta señorial encomendera”, remoçada pela inclusão de capas “gringas” e mestiças ilustradas, continua detendo o poder como faz há mais de quatro séculos.”

Neste sistema de exclusão étnica, percebe-se claramente uma reciprocidade negativa de insultos e estereótipos culturais onde encontra-se implícito o prolongamento da discriminação e do racismo.

Com as transformações decorrentes de um panorama neoliberal em constante mutação, mulheres e índios passaram a fazer parte da agenda internacional desde os anos '70, inseridos pelos formuladores legais, sem que isso significasse uma mudança de hábitos e mentalidades. Na verdade, acentuaram-se as diferenças, pois ser mulher indígena (ou “chola”, ou “birlocha”) e além disso pobre significa um estigma triplo, que não habilita a um número crescente de pessoas a ascender a um status digno de pessoa humana (Rivera, 1996: 22).

Este processo afeta as mulheres guaraní ou “moxeñas”, às camponesas e semi-camponesas fortemente integradas ao sistema informal urbano, vivendo entre o pólo rural e os múltiplos mercados e rotas interurbanas, e as “cholas” e “birlochas” que vivem nos “cinturões de pobreza” de La Paz, de El Alto e das grandes cidades, como Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra.

A região andina, palco onde se desenvolveram inúmeras e sofisticadas culturas, está formada por uma grande variedade de sistemas ecológicos dispersos tanto horizontalmente como verticalmente (Cardoso, 1993: 49), conformando-se em cerne do movimento Katarista-indigenista dos anos '70. Apesar da classe política fundamentar-se na noção de que a mulher indígena ou a mulher aymara estavam ocupadas com os afazeres domésticos, elas se inseriram em espaços vivos de interação ou resistência cultural. Os homens eram considerados como chefes natos do domicílio e como trabalhadores produtivos, mas as mulheres de diversas condições étnicas interagiam entre si e com os homens nos espaços

domésticos, como tecelãs, no sindicato, no clube de mães, na prefeitura, no “ayllú”, na associação e no município.

Esta estrutura familiar fragmentou-se e desestruturou uma ordem familiar, com o processo de expropriação de terras comunitárias entre 1880 e 1920, o que deu lugar a uma profunda “arcaização” das formas de trabalho e de dominação política, provocando a migração para os centros urbanos, trazendo como consequência um número cada vez maior de domicílios tendo as mulheres como chefes (Rivera, 1996: 39).

Estas mulheres chefes de domicílio fazem parte de um espaço produtivo e reprodutivo que estende seus laços a múltiplas unidades similares de seu entorno, assim como aos subúrbios urbanos, onde se reproduz como célula vital das culturas migrantes que vivem nos cinturões urbanos. As mulheres aymaras, quéchuas ou guaraníes, articulam-se em redes de solidariedade, parentesco ou de apadrinhamento, inserindo os grupos de camponeses em seu contexto, reproduzindo uma forma *sui generis* de etnicidade feminina, especialmente associada ao mundo rural e as trocas produtivas.

A pesquisa de campo, realizada em La Paz em julho de 2004, fundamentou-se em visitas diárias ao BancoSol, no escritório da Matriz, com reuniões formais com o Gerente Nacional de Créditos, com a gerente geral, e com os assessores de microcrédito, a fim de se captar uma gama de informações bancárias, administrativas, de cunho econômico, que foram conectadas com identidades culturais, étnicas e sociais, visando apresentar a inserção das mulheres do setor informal urbano a uma conexão com os programas de microcrédito, incorporando os cenários atuais (cidades, mercados, centros de poder, regiões rurais, ONGs e outros espaços), onde ocorrem as mudanças atuais. Visitei, também, ministérios públicos, órgãos governamentais, internacionais, universidades e associações responsáveis pela implementação e execução de projetos de cooperação técnica. Dentre estas instituições cita-se o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que está implementando alguns projetos em parceria com o Centro de Pesquisa Econômica Rural e Urbana (CEDLA), visando habilitar as mulheres em várias atividades que possam proporcionar-lhes renda, expandindo-se seu campo de ação extra-lar, e encorajando-as a inserir-se em várias outras atividades como o artesanato, a abertura de um micro negócio. Estas ações são apoiadas pelo *Promujer*, que contemplam atividades colaterais, como saúde da família, saúde primária para a sócia, marido e filhos, o que corresponde a um

pagamento de 50 centavos ao mês. Em geral, existe um consultório, com um médico e uma enfermeira, e se lhes oferece orientação relativas às enfermidades e cuidados básicos de saúde. O treinamento nas zonas peri-urbanas inclui práticas de negócio: orientação, capacitação e serviços econômicos, como crédito e poupança, todos direcionados à formação da auto-estima, que conduzirá ao empoderamento da mulher. O foco de ação do *Promujer* está direcionado às mulheres migrantes da zona rural, que falam o idioma quéchua, aymara, guarany, e que vêm de regiões com fortes conflitos étnicos, classificadas como as mais pobres dos pobres. Estas mulheres (mais ou menos 2000) são mobilizadas para fazerem parte de associações comunitárias, e são integradas em oficinas, distribuídas em 14 bairros, onde são divididas em grupos de 100, e começam a participar de Bancos Comunitários, que são formados com 20 pessoas em cada grupo. As poupanças começam com 20 ou 50 centavos de dólar, correspondendo a 20% do valor do crédito a que terão direito no futuro. Na verdade, trata-se da formação de uma cultura.

As ONGs, como *Creceer*, estão associadas ao Pró-Rural, e além de capacitação, oferecem financiamento rural, através de programas como o Finrural-Cosude, Profin-Cosude, Asofin (Asociación de Financieros Caja de Los Andes), Funda-Pro, Fundecip (Fundo de Desarrollo), que apoia os programas das ONGs, muitos desses recursos vêm de agências européias, como a alemã GTZ, que possui um programa de mobilização financeira para o apoio a projetos produtivos, ou da Espanha, Bélgica e Holanda. No Ministério das Relações Exteriores e no Vice-Ministério da Mulher, verifiquei os acordos multilaterais, inclusive o Bolsa Escola (seguindo-se o modelo brasileiro de oferecer uma pequena quantia para que os pais possam manter os filhos na escola), projetos específicos para as mulheres, e a criação de empregos globais, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Econômico. No âmbito desses projetos estão sendo firmados acordos com a cidade de El Alto, e agendadas reuniões bimestrais, quando a comunidade apresenta suas reivindicações. No passado, as reuniões tinham um caráter político, diplomático, agora têm um conteúdo social, englobando temas como educação e saúde.

Da *Zona de Belén* fomos à cidade de El Alto, que está formada por várias zonas subdivididas, num ambiente majoritariamente de migrantes, que vivem em casas modestas construídas nos penhascos ou colinas íngremes, sem qualquer sofisticação ou conforto, sem pintura externa, para evitar-se as taxas governamentais que incidem sobre aqueles que

pintam seus domicílios. As casas toscas, de tijolos aparentes, foram ampliadas sem qualquer projeto urbanístico, sofrendo ampliações à medida que estes cidadãos eram absorvidos por empregos formais temporários, decorrentes de seu desempenho em campanhas políticas. A maioria das casas recebeu um segundo pavimento, mas não tiveram suas obras terminadas, pois os moradores foram despedidos de seus empregos. A zona metropolitana de El Alto é considerada como periurbana bilíngüe, de alta mobilidade social e geográfica, formada por organizações étnicas fortes, que enfrentam os mesmos problemas inerentes aos moradores de La Paz, com a ausência de políticas públicas e sociais específicas, que os incluam num contexto formal de trabalho.

Os microempresários do setor informal possuem seus pequenos negócios consolidados oficialmente a partir de um cadastro obtido na Prefeitura Municipal, com o pagamento correspondente de uma taxa de Bs 120 bolivianos. Este quadro que se nos apresenta com ruas, praças e avenidas repletas de negócios informais, mostra uma evolução recente das tendências econômicas no país, denotando resultados paradoxais de uma modernização “inacabada, desigual e contraditória”, cujos efeitos se fazem sentir na grande maioria da população (Rivera, 1996: 17).

A maneira contraditória com que o país insere-se em padrões modernizantes, desde o século XIX, mostra uma sociedade que se “moderniza” e um estado que se auto-transforma, tentando reconhecer a pluralidade étnica de sua população, institucionalizando fundamentos normativos e políticas estatais. Na verdade, são condicionamentos e práticas advindas dos fóruns internacionais, e que começaram a influenciar nos programas de cooperação, nas normas e regulamentos financeiros, inserindo as mulheres do setor informal urbano da economia, num contexto de auto-sustentabilidade. Nosso propósito é verificar os níveis de sucesso dessas mulheres, suas redes de associação, sua inserção nos mercados produtivos e sua liderança familiar, com repercussões em uma política-partidária. As mulheres que participaram da luta katarista ou indigenista nas décadas de '70 e '80, receberam influências marcantes das ONGs, que as inseriram em articulações políticas de várias índoles, conforme assinalado por Sonia Montañó *apud* Rivera, com reivindicações muitas vezes suporpostas ou competitivas entre si (1996: 23). As reivindicações pela *igualdade* denunciavam a dominação e/ou discriminação, faladas a partir da *diferença* de ser indígena ou ser mulher. A eclosão destes movimentos em '70, ao lado do debate da defesa

da ecologia, foi muitas vezes explicada por ser a única forma de expressão de movimentos sociais possível diante da consolidação de regimes militares ditatoriais na América Latina, amplamente ressaltados por Alvarez (1990), Htun (2003), Skidmore & Smith (1992), e algumas considerações em Machado (1991).

Os mecanismos financeiros, onde uma gama de agentes de microcrédito mostram-se voltados a uma carteira bancária em que o lucro predomina, mantendo-se rigorosos na análise cadastral, investigando pessoalmente e questionando os bens duráveis de cada cliente em potencial, denotando segregações veladas ou abertas, onde a renda do companheiro tem peso nas aprovações. Na verdade, tratam-se de mecanismos de inclusão ou exclusão, matizes que se superpõem pactuados a uma tradição colonialista segrária. No depoimento dos gerentes do BancoSol percebe-se que possuem um discurso fundamentado nas regras do banco, cujo objetivo principal é o de “facilitar o acesso dos serviços financeiros, de forma sustentável, para aqueles setores que tradicionalmente estiveram e estão marginalizados do sistema bancário nacional.” A capacidade dos gerentes deve voltar-se para a conciliação dos indicadores de solidez, ampliação da carteira de clientes e renda líquida. Seus princípios básicos incluem parâmetros que demonstram que podem contribuir para o crescimento econômico e a geração de emprego e renda no país, para isso, devem incorporar ao sistema financeiro, os mais amplos setores da população, que apesar de terem as mais baixas rendas, podem, a longo prazo, converter-se em empresários de sucesso. No entanto, existem críticas à metodologia desenvolvida pelo BancoSol, feitas pelos técnicos das ONGs, que enfatizam que o banco aprova os créditos somente para os microempresários que possuem uma experiência prévia de 2 anos e que já tenham um nível médio ou alto de renda.

Estas mulheres discriminadas pela sua etnicidade, ou por rastros dela, são mulheres que possuem famílias com uma média de 3 a 5 filhos, agregam membros familiares como irmãos, pais ou mães idosos, que estão sob a sua responsabilidade, e que exercem papéis vitais no cumprimento de suas funções. A maioria das mulheres entrevistadas não é casada e os filhos se encontram sob sua tutela, às vezes não recebem qualquer ajuda financeira do companheiro, estando incumbidas da sobrevivências de suas famílias, e que dependem de uma sociedade política muitas vezes ausente de seu cotidiano. Ao ouvir o relato das microempresárias verificamos que é muito importante para elas ter o

seu imóvel próprio, o que significa auto-suficiência, o “vencer na vida”. Essas mulheres relatam que conseguiram comprar sua casa ou seu barraco com a renda auferida de seu micronegócio. No entanto, isto não significa que tenham que viver em seus imóveis, alguns estão alugados. Percebe-se que 36% dessas mulheres vivem em domicílios pertencentes aos pais, mantendo sua etnia familiar indígena, mantendo suas tradições culturais, laços sociais e trocas de informações, que incluem o ir e vir da zona urbana para a zona rural.

Fundamentadas no sonho da abertura do micro negócio, que começa com uma banca, um carrinho, uma loja, uma “tienda” ou um quiosque, onde possam desenvolver a arte de comercializar seus produtos, usufruindo de uma renda pessoal que será seu aporte principal de sobrevivência, nos deparamos com intrincadas nuances de profissões e especialidades, que encobrem sutis hierarquias da cor da pele, do lugar de origem e muitos sinais freqüentemente estereotipados. Este mundo plural e de colorações matizadas que impacta imediatamente ao visitante de La Paz, está composto majoritariamente de migrantes (membros de uma primeira, segunda e terceira gerações), que remontam seus comportamentos e códigos culturais ao mundo rural andino de origem, cujas orientações reproduzem-se no contexto urbano, uma vez que servem denexo entre as comunidades e o sistema econômico e políticos de grande amplitude. Dentre estes sinais o uso emblemático da vestimenta feminina chamou-me a atenção: “cholla”, sempre de pollera e chapéu de “coco” negro, “índia”, com roupas de lã fina ou outro tecido colorido tradicional, com saias rodadas superpostas e a inseparável “mantilla”. Na verdade, existe um universo simbólico, vasto, misterioso, onde incluem-se as mulheres com companheiros que raramente aparecem, que não participam da vida familiar, sendo denominados de maridos “ausentes”, recebendo a classificação de seus domicílios como “unidades anômalas” ou “incompletas”, ignoradas pelos censos demográficos e estatísticas oficiais. Silvia Rivera (1996: 43) chama a atenção para um universo de mulheres que são colocadas frente a várias encruzilhadas, pois foram abandonadas pelos maridos, têm filhos de pais diferentes, mas que cruzam os espaços que as separam da modernidade e da cidadania, para oferecer a seus filhos um futuro melhor que o seu: a integração subordinada em uma sociedade dominante, perpassando a imagem de uma mãe forte e superprotetora, que enfrenta com coragem as situações mais críticas para resolver a sobrevivência de sua família.

À função principal de mães e esposas, associaram-se aos sindicatos, envolveram-se nas lidas dos mercados, das feiras, ou implementaram outras atividades salariais em suas residências, além de desempenharem tarefas de faxina, lavagem de roupas ou trabalharem como cozinheiras. Algumas microempresárias bolivianas além das tarefas domiciliares, ainda mantêm as tarefas de tecelagem, possuem outros pontos de venda, compartilhados com membros familiares, o que lhes proporcionam um acréscimo na renda mensal. É impressionante como vinculam em sua rotina diária esta diversidade de atividades, sucessivas ou simultâneas, produzindo uma curiosa dicotomia que permite a essas mulheres uma participação sincronizada e ritualizada da vida social e pública regional, esforçando-se em associar-se, sobressair-se, integrar-se nos abstratos e supostamente benefícios igualitários de uma “cidadania” cunhada de “participativa”. Tornar-se vendedora em um mercado municipal ou feira significa enfrentar a competição e a burocracia administrativa de uma cidade que está sempre tentando regulamentar os mercados e limitar o comércio nas ruas. Os jovens vendedores, com pequenas quantidades de mercadorias para vender estão sempre numa posição privilegiada para atuarem como “gato e rato”, fugindo da polícia ao menor sinal, com mais presteza do que os mais idosos, que possuem grandes quantidades de mercadoria à venda.

Os vendedores ambulantes sempre se recordam de experiências desagradáveis quando decidem instalar-se num determinado ponto. O estabelecer-se num novo ponto remete-os a um verdadeiro duelo com a polícia, que, dependendo das políticas do momento, tentam impedir a proliferação de novos vendedores ambulantes com mais ou menos vigor. Os fundadores de novos mercados são freqüentemente tratados com um particular respeito por aqueles que o seguem posteriormente, e podem até gozar de benefícios especiais, tais como não serem obrigados a financiar as festas típicas do mercado (Buechler & Buechler, 1996: 33).

Depois da revolução social de 1952-53, novos mercados foram criados com uma freqüência constante. Na verdade, o governo oficialmente abriu dois novos mercados para produtores/vendedores, com o objetivo de reduzir os custos dos gêneros alimentícios para os consumidores urbanos, e também como resposta aos camponeses que, libertos da servidão, tinham mais tempo para venderem pessoalmente seus produtos, e tinham adquirido mais influência sob o regime do Movimento Nacional Revolucionário (M.N.R.).

Um caminho alternativo para um jovem vendedor ter acesso a um ponto de venda é através da herança materna, através de uma tia, ou outra parente, ou ainda através do pagamento de uma taxa para tornar-se sócio de um mercado livre que encontra-se em processo de regulamentação oficial (Buechler & Buechler, 1996: 33).

Este processo de aculturação é descrito por Hans Buechler e Judith Maria-Buechler (1996) em seu trabalho etnográfico sobre Sofia Velasquez, uma indígena aymara, que inicia-se na arte de negociação como vendedora num mercado, utilizando-se das redes intrincadas de sua mãe. Adicionalmente, incorpora Agustina, a inquilina de sua mãe no condomínio de Velasquez, e a mãe de sua amiga Yola, para adquirir seus produtos. Em contrapartida, Agustina reporta a ajuda recebida da mãe de Sofia, para estabelecer seu próprio negócio, utilizando-se de seu cliente regular de Atahuallpani, que lhe repassava torresmos (peles de porco fritas). Foi o pai de sua cunhada que a persuadiu a lhe comprar cebolas a varejo, em vez de ervilhas e feijão.

A tentativa de apresentar uma capital cosmopolita, choca-se com o “rural”, em que os produtos são oferecidos “in natura” no centro da capital La Paz, arraigando os conceitos de um variado e abundante comércio de frutas e gêneros alimentícios, associados a uma rica culinária regional. O centro da cidade “el Prado”, os mercados na “Zona de Belén”, o burburinho de clientes e vendedores, as barracas, os espaços comerciais, demonstram uma gama de mulheres que trabalham sozinhas em suas microempresas (22,5%), enquanto uma parte significativa, de cerca de (31,5%) recebe apoio familiar de pelo menos um membro. Algumas microempresárias abriram o negócio com seus maridos ou companheiros (15%), outras receberam o ponto como herança da mãe; e algumas recebem ajuda dos filhos/filhas (40%), irmãs ou mães (20%). A maioria dos membros familiares que auxiliam em seus empreendimentos não recebe qualquer remuneração.

As microempresárias, comerciantes de grãos, farinhas, hortifrutigranjeiros, confecções e “chicha” (bebida) mantêm seus negócios ancoradas na reciprocidade e no parentesco, com a participação de sobrinhos/sobrinhas ou irmãos/irmãs, principalmente em dias de feiras e festas, remunerando-os com 10 bolivianos diários⁸, ou um simples prato de comida. Estas redes de parentesco e amizade, mescladas às tradições comunitárias, apresentam-se como atores principais de um mundo popular urbano, que nos permite

⁸ Vale ressaltar que 1 US\$ = 7.92 bolivianos.

visualizar o funcionamento estrutural de uma série de linhas divisórias entre homens e mulheres, o público e o privado, atividades trabalhistas e filiações sindicais, que se reproduzem também no interior de cada instituição, privilegiando os setores masculinos.

A escolha de realizar uma pesquisa orientada à clientela do BancoSol, nos permitiu explorar como se articulam essas estratégias fundamentadas em redes familiares, e negócios gerenciados só por mulheres, traçando novos rumos às tradicionais pesquisas realizadas com “grupos solidários”, embasando-nos no crédito individual, como foi efetuado no Brasil, mostrando uma nova visão de mulheres empresárias, que procuram quebrar as cadeias seculares de uma dominação masculina, que as mantêm atadas a formas arraigadas de subordinação.

Como inseridas em um universo composto de migrantes, recém-chegadas aos grandes centros, alijadas dos processos formais educacionais, essas mulheres não conseguiram inserir-se no mercado de trabalho formal, tendo decidido abrir seus próprios negócios, com suas poupanças particulares, ou com dinheiro obtido através de parentes.

Ao analisarmos o funcionamento estrutural do mundo público e privado destas mulheres na área urbana, entendemos que há outras formas de empoderamento que não incluímos na nossa entrevista. A condição de empoderamento empresarial de mulheres no âmbito familiar que as possibilita gerirem seus negócios, muitas vezes não lhes abre as portas para a participação política. Muitas mulheres se queixam que não podem participar das reuniões sindicais, apesar dos homens solicitarem sua opinião quando precisam decidir sobre interesses coletivos nas *Juntas Vecinales*, assim como nas próprias Associações representativas do poder político municipal e nacional. Estas somente oferecem às mulheres um acesso limitado e condicionado ao cumprimento de uma imagem hegemônica (no caso boliviano *mestizo-criolla*) do *dever ser* feminino, por meio do chamado “*entreamado clientelar estatal, para-estatal o partidista, que es la encarnación de la dominación patriarcal y colonial a escala local*” (Rivera, 1996: 283).

As condições atuais na Bolívia enfocam indivíduos e famílias que são excluídas das instituições nacionais, levando-nos a questionar a validade dos conceitos e dos modelos dominantes, suscitando-nos a levantar alguns questionamentos.

Na década de '80, a instabilidade política, as crises econômicas, e as políticas de austeridade do governo, mescladas a graves períodos de seca, e a uma acelerada

degradação ambiental, tornaram cada vez mais difícil a vida das famílias rurais, dificultando seu acesso às funções necessárias na manutenção e reprodução de suas vidas.

Conseqüentemente, novos processos estão sendo forjados, embora os avanços positivos não possam ser identificados com facilidade, influenciados pelas hierarquias de poder, o preconceito étnico-racial, e a participação histórica de dominação pelos homens brancos, ricos e urbanos.

Atualmente os processos de Participação Popular estão sendo cuidadosamente planejados, embora as mulheres não estejam completamente incorporadas nas escolas, nos sindicatos, nas cooperativas de produção e nos projetos de desenvolvimento. Para que o nível de empoderamento das mulheres nos dois países atinja níveis superiores, é preciso que elas sejam consideradas como independentes, seguras de si, inteligentes, envolvidas em atividades que elevem sua participação social e auto-estima, conduzindo-as ao sucesso, canalizando suas rendas para a educação dos filhos, melhorias na casa; e participativas em processos eleitorais e comunitários. Os conflitos domiciliares devem ser dirimidos para evitar-se a violência no lar e a apropriação de sua poupança pessoal pelo marido.

Conclusão

Os destinos dessa comunidade de migrantes são definidos pelos homens, na cultura brasileira e boliviana, mas existem mecanismos sutis de poder feminino, que se lhes atribuem como agentes particulares de estratégias possíveis e concretas, que dão poder as mulheres e que as tornam fundamentais para as mudanças sociais, principalmente no que tange à educação e geração do capital social.

Em resumo, o que pudemos observar em Salvador e em La Paz – El Alto, numa comunidade urbana, são fortes responsabilidades para as mulheres no desempenho de seus negócios, e no interior de seus lares junto a suas famílias. A elas são impostas uma série de discriminações e desvantagens estruturais impingidas por um sistema econômico e social patriarcal, calcado em benefícios masculinos.

Embora a participação percentual de mulheres no setor informal urbano tenha se alterado de maneira muito significativa nos últimos vinte e cinco anos, é preciso

fortalecer seus empreendimentos, por meio de uma gestão bancária inovadora, que lhes permitam o acesso ao crédito sem burocracias e entraves. Como resultado da pesquisa, verificamos a importância das redes de parentesco, de vizinhança e apadrinhamento, que dão origem às redes de reciprocidade e as conexões comerciais.

Historicamente, as comunidades indígenas sempre estiveram inseridas em redes horizontais, que se mostram muito mais relevantes do que as redes de poder vertical, pois as conectam aos níveis superiores na hierarquia, abrem-se-lhes oportunidades empresariais, mescladas a um ambiente de trocas e favores (Schuller, 2000).

Na Bolívia, com o Movimento Katarista – indigenista (1880-1920) houve a expropriação de terras, a estrutura familiar fragmentou-se, desestruturou-se a ordem familiar desencadeando uma arcaização das formas de trabalho. A dominação política forçou a migração para os centros urbanos, e muitos homens e mulheres partiram em busca de novos sítios de trabalho ou emigraram. No meio urbano, as mulheres ou tornaram-se chefes dos domicílios, ou compartilharam a chefia com seus maridos/companheiros, cabendo a elas as responsabilidades do espaço produtivo e reprodutivo.

Essas mulheres continuam sendo as responsáveis pela continuidade dos laços junto a unidades similares de seu entorno, nos subúrbios urbanos, atuando como célula vital das culturas migrantes, da manutenção das redes de solidariedade. São redes associadas ao mundo rural e as trocas produtivas. Dependendo da escolha da área habitacional, a mudança para a zona urbana propiciará o desequilíbrio dessa etnia familiar indígena, seus laços sociais, que incluem o ir e vir da zona urbana para a zona rural.

As redes de reciprocidade favorecem o estabelecimento de metas compartilhadas, o que definitivamente não é propiciado pelas leis e pelos contratos jurídicos (Fukuyama, 1995).

Comparativamente, não foram encontradas redes sociais tão bem fundamentadas no Brasil, como se verificou na Bolívia. No Brasil, as redes de reciprocidade são primárias, restritas ao bairro, à vizinhança, em decorrência das migrações da zona rural para a área urbana fraturou-se uma estrutura horizontal e perderam-se os contatos parentais. Como as mulheres analisadas vivem em Salvador, área metropolitana, não

recebem o devido apoio dos parentes, dos sindicatos, e sentem-se inseguras se tiverem de solicitar crédito bancário, ou participarem de grupos de empréstimo solidários, com pessoas que nunca viram, não confiam, nunca cooperaram, isentas muitas vezes de ética. Grande parte deste segmento de mulheres, caracteriza-se por mulheres chefes de domicílio, com companheiros ausentes; sendo responsáveis pelas despesas de alimentação, habitação, saúde e educação. A partir do momento em que se inserem no sistema produtivo, mesclam as atividades empresariais com as domésticas.

As mulheres bolivianas compartilham seus negócios com membros familiares, que as auxiliam nas vendas, e se tornam sócios quando abrem filiais em outros mercados, em feiras; ou como fornecedores de seus produtos. Esses laços levam-nas a aceitar os convites para organizarem as festas típicas nos mercados, o que propicia a consolidação de laços afetivos em suas redes de reciprocidade. Entre estes grupos, 60% da população vive na miséria, tendo El Alto como líder em índices de pobreza extrema, e La Paz com 27,53%, apesar da população urbana ser mais educada e qualificada. Nas áreas urbanas das capitais departamentais a pobreza por indivíduo chega a 47%, em contraposição com outras áreas rurais que atinge o percentual de 81,7%, e 62,7% em nível nacional.

A economia formal não foi capaz de acompanhar a monotonia de um setor mineiro em colapso (1986-1998), época em a produção agrícola declinou, os lucros da maioria dos produtos (com exceção da soja e alguns poucos produtos da Zona Leste do País) continuaram a cair. Como consequência, ocorreu uma inundação de migrantes em La Paz, onde poucos conseguiram empregos nos setores manufatureiros e nos setores de serviços, ou em projetos de frentes assistenciais criados pelo governo, forçando-os a trabalharem no setor informal.

Os dois países analisados apresentam índices negativos no que tange à distribuição de renda, justiça, desigualdades sociais, violência e descaso com as políticas sociais (Abreu, 2003). Apesar do quadro pessimista, as mulheres estão ganhando mais autoconfiança, mais controle direto sobre suas próprias opções de vida e prospectando transformações empresariais e conjugais, conduzindo-as ao empoderamento, mesmo que em percentuais baixos. Essas mulheres aymara, quéchuas, moxeñas e baianas, inseridas no setor informal urbano, são ativas, batalhadoras, trabalham mais de oito horas por dia, sete dias na semana, cuidam com desvelo de suas bancas, boxes, quiosques ou lojas, comprando,

vendendo, negociando, buscando créditos para a ampliação de seus negócios. Além disso, influenciam nas decisões domiciliares, como construção ou reforma da casa, número de filhos e educação dos mesmos.

Aprendemos muito com essas mulheres migrantes, que articulam estratégias para diversificarem seus negócios, traçam novos rumos para domarem as crises políticas e inflacionárias, quebram as cadeias seculares de uma dominação masculina e se adaptam ao ambiente urbano.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Sérgio; FLORÊNCIO, Lima. Política externa e políticas sociais. **Revista de Política Externa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 109-119, set./out./nov. 2003.

ALVAREZ, Sonia E. **Engendering democracy in Brazil**: women's movements in transition politics. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

BOURGUIGNON, François; FERREIRA, Francisco H. G.; MENÉNDEZ, Marta. **Inequality of outcomes and inequality of opportunities in Brazil**. World Bank, 2003. p. 1-43. (World Bank Research Working Paper, 3.174)

BUECHLER, Hans; BUECHLER, Judith-Maria. **The world of Sofia Velasquez**: the autobiography of a Bolivian market vendor. New York: Columbia University Press, 1996.

CARDOSO, Maria Lúcia de Macedo. **De Taypi a Awqa**: dualismo, gênero e desenvolvimento nos Andes bolivianos. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, Brasília.

CASTRO, Mary Garcia et al. **Migration in Brazil: approaches to analysis and policy design**. Geneva: International Labour Office, 1978.

FUKUYAMA, Francis. **Trust**: the social virtues and the creation of prosperity. New York, NY: The Free Press, 1995.

HTUN, Mala. **Sex and the State**: abortion, divorce, and the family under Latin American dictatorships and democracies. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2003.

MACHADO, Lia Zanotta. _____. Tradição e neo-modernidade na América Latina: etnicidade e gênero. **Sociedade e Estado**, Brasília, VI (1), jan./jun., 1991, p.125-149.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia (Comp.). **Ser mujer indígena, chola o birlocha en la Bolivia postcolonial de los años 90**. La Paz, Bolivia: Ministerio de Desarrollo Humano, Secretaría Nacional de Asuntos Etnicos, de Género y Generacionales, Sbssecretaría de Asuntos de Género, Plural Editores/CID, 1996.

SCHULLER, Tom; BARON, Stephen; FIELD, John. Social capital: a review and critique. In: BARON, Stephen; FIELD, John; SCHULLER, Tom. **Social capital: critical perspectives**. New York: Oxford University Press, 2000. p. 1-38.

SKIDMORE, Thomas E.; SMITH, Peter H. **Modern Latin America**. 3rd ed. Oxford: Oxford University Press, 1992.

TODARO, Michael. A model of migration and urban employment in less developed countries. **American Economic Review**, v. 1, n. 59, p. 138-145.